

IRMIV - **PARA**/Executante: 21000 - Secretaria de Estado de Planejamento e GestãoUO: 21010 - Secretaria de Estado de Planejamento e GestãoUG: 210100 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
**V - CRÉDITO PT:** 2101.04.122. 0002. 2016 -Manut Ativid Operacionais / Administrativas -ND. 3390 -Fonte 100 R\$ 35.990,88 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa reais e oitenta e oito centavos).

**Art. 2º** - Para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 012/2020, com a empresa Multiamerican Serviços Ltda EPP, instituída pela Resolução SEPLAG nº 24 de 24 de setembro de 2020, fica estabelecido, como Fiscais, representantes do IRM, sem prejuízo de suas atribuições, cumprirem as determinações contidas no Decreto nº 45.600/2016, principalmente o que consta no art. 13, os servidores abaixo indicados:  
Douglas Estevam Silva, Id Funcional 5112575-7; e Pedro Henrique Ferreira Gonzalez, ID 5022571-5;

**Art. 3º** - Os servidores designados acima serão responsáveis pela fiscalização dos veículos sob responsabilidade do IRM, e farão cumprir os termos do Contrato e do Termo de Referência.

**Art. 4º** - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta o art. 10 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 4º da Instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência desta Portaria, bem como apresentar à Concedente cópia, junto com a Prestação de Contas.

**Art. 5º** - Esta Portaria retroage seus efeitos a contar de 01 de maio de 2021.

Rio de janeiro, 19 de maio de 2021  
**BERNARDO SANTORO PINTO MACHADO**  
Presidente do Instituto Rio Metrópole - IRM

**JOSÉ LUIS CARDOSO ZAMITH**  
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2321069

## Secretaria de Estado de Fazenda

### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

#### DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 07.06.2021

**PROCESSO Nº E-04/003/1968/2013** - LA ESTAMPA COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA. - Conheço do recurso da Representação Geral da Fazenda, dando-lhe provimento para reformar o r. Acórdão, reconhecendo que não se operou a decadência no caso em tela.

**PROCESSO Nº E-04/016/771/2019** - MULTITEINER COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE CONTAINERES LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls. 322/326, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/035/100169/2018** - LABOR PRODUTOS OPTICOS LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls. 133/138, pela ocorrência parcial de identidade de litígios, declaro a perda parcial do objeto da impugnação, com fundamento no art. 228, parágrafo Único, do Código Tributário Estadual, bem como no art. 3º da Resolução SEF nº 1.073/84.

**PROCESSO Nº E-04/211/5192/2020** - NOVO MINEIRÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO LTDA - EM RECUPERAÇÃO - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls. 65/69, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/039/6/2019** - ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 472/477, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/036/100089/2018** - HISPAMAR SATÉLITES S.A - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 86/90, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/040/1453/2015** - HORTIGIL HORTIFRUTI S.A - Conheço do recurso da Representação Geral da Fazenda, dando-lhes provimento, para reformar o Acórdão proferido pelo E. Conselho Ple-no, mantendo-se integralmente o auto de infração.

**PROCESSO Nº E-04/041/1273/2018** - SABRINA WEISZ ZISMAN - De acordo com o entendimento encampado pela Assessoria Jurídica, no sentido da ocorrência parcial da identidade de litígios (fls. 159/161) declaro a parcial perda do objeto da Impugnação, com fundamento no art. 228, parágrafo único, do Código Tributário Estadual, bem como no art. 3º da Resolução SEFAZ nº 1.073/1984.

**PROCESSO Nº E-04/036/100088/2018** - HISPAMAR SATÉLITES - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 144/148, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/038/51/2019** - LATAPACK BALL EMBALAGENS LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 158/161, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/230063/2012** - DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 152/154, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/091/307/2019** - SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUDUSTO MOTTA - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls. 468/472, pela ocorrência parcial de identidade de litígios, declaro a perda parcial do objeto da impugnação, com fundamento no art. 228, Parágrafo Único, do Código Tributário Estadual, bem como no art. 3º da Resolução SEF nº 1.073/84.

**PROCESSO Nº E-04/038/106/2019** - ALUTECH ALUMINIO TECNOLOGIA LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 63/66, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/039/175/2019** - ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 274/278, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/040/855/2017** - SENDAS DISTRIBUIDORA S/A. - Conheço do recurso da Representação Geral da Fazenda, dando-lhe provimento para reformar o r. Acórdão, reconhecendo que não se operou a decadência no caso em tela.

**PROCESSO Nº E-04/077951/2012** - LOJAS RENNER S/A. - Conheço do recurso da Representação Geral da Fazenda, dando-lhe provimento para reformar o r. Acórdão, reconhecendo que não se operou a decadência no caso em tela.

**PROCESSO Nº E-04/091/000234/2019** - POSTO RFD LTDA.. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 89/92, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/211/18404/2019** - POSTO DE SERVIÇO CAMBOATA LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 236/240, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/038/107/2019** - ALUTECH ALUMINIO TECNOLOGIA LTDA - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 55/58, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/211/22351/2019** - POSTO GIRASSOL LTDA. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 179/182, pela inoccorrência de identidade de litígios, restando afastada a alegação de perda do objeto da impugnação.

**PROCESSO Nº E-04/034/4569/2016** - L L C Comércio e Comunicação Eireli - ME. - De acordo com o entendimento da Assessoria Jurídica de fls 103/106, pela ocorrência de identidade de litígios, declaro a perda do objeto do recurso voluntário, com fundamento no art. 228, parágrafo único, do Código Tributário Estadual e no art. 3º da Resolução SEF nº 1.073/84.  
Processo nº SEI-040083/000528/2021

Id: 2321081

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

##### DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 07/06/2021

**PROCESSO Nº SEI-040196/000193/2021** - FÁBIO ANDRADE DE CARVALHO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2º Categoria Id. Funcional nº 4384976-8. AUTORIZO a inclusão dos dependentes: MATHEUS FERREIRA DE ANDRADE na condição de filho, nos termos do despacho SEI nº 17668235, a dedução da base de cálculo sujeita à incidência do imposto de renda, da importância fixada no inciso III, do Artigo 4º da Lei nº 9.250/1995, com redação dada pela Lei nº 12.469/2011.

Id: 2321024

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

##### DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 07.06.2021

**PROCESSO Nº SEI-E-04/067/72/2015** - VANICE DA CONCEIÇÃO PADRAO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, identidade funcional nº 5006058-9, no período de 03.11.2021 a 01.05.2022. AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio.

**PROCESSO Nº SEI-E-040006/000082/2020** - FERNANDA BERNARDO LEIG, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, identidade funcional nº 4387044-9, no período de 08.03.2021 a 03.09.2021. AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio.

Id: 2321090

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

##### DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 07.06.2021

**PROCESSO Nº SEI-E-04/0204/000597/2020** - EDUARDO ANTONIO DE FARIA E ARAUJO, Agente de Fazenda 1º Categoria, ID. Funcional nº 1958913-1. De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, de 07 de maio de 2021, INDEFIRO o pedido.

Id: 2321089

#### SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

##### ATO DO SUPERINTENDENTE

##### PORTARIA SUAR Nº 048 DE 07 DE JUNHO DE 2021

##### ALTERA CALENDÁRIO DE MIGRAÇÃO DA EMIÇÃO DE GNRE PARA O PORTAL GNRE.

O **SUPERINTENDENTE DE ARRECADAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais,

##### CONSIDERANDO:

- que o Estado do Rio de Janeiro aderiu à emissão de GNRE pelo Portal GNRE a partir da publicação do AJUSTE SINIEF 35/19;

- a necessidade dos contribuintes adaptarem seus aplicativos para emissão em lote das guias pelo Portal GNRE, conforme Portaria SUAR nº 38, e

- o que consta no Processo nº SEI-040070/000232/2021;

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Alterar os incisos III e V do art. 1º da Portaria SUAR nº 42, de 05 de novembro de 2020 que passam a ter as seguintes redações:

“Art. 1º ...

III - 19/11/2020 a 30/06/2021 período em que a GNRE em lote poderá ser emitida no Portal GNRE ou no Portal de Pagamentos da SEFAZ- RJ;

V - 01/07/2021 desativação da emissão da GNRE em lote no Portal de Pagamentos da SEFAZ-RJ.”

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2021

**EVANILTON BRANDÃO DA SILVA**  
Superintendente de Arrecadação

Id: 2321122

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria nº 039, de 04/05/2020, do dia 15 de junho de 2021, às14h00min.  
Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 72.994 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/007/003528/2016 - Recorrente: WORLD FREE BARRA COMERCIAL DE PERFUMES LTDA EPP - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 75.169 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/013368/2019- Recorrente: L.P BRASIL OSB INDUSTRIA E COMERCIO S.A.- Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Vanessa Huckleberry Portella Siqueira.

Recurso nº 76.780 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/005688/2020- Recorrente: SUPERMERCADOS VIANENSE LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Vanessa Huckleberry Portella Siqueira.

Recursos nºs 77.295 e 77.296 (Recursos de Ofício) - Processos nºs E-04/017/000981/2016 e -04/017/000980/2016 - Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: GERANIUS POSTO DE SERVICOS E ARTEZANATOS LTDA - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

NOTA EXPLICATIVA: Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação, conforme dispõe o § 3º do Artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23 de junho de 2017.

Id: 2321261

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria nº 039, de 04/05/2020, do dia 15 de junho de 2021, às16h00min.  
Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 72.344 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/004/000336/2015- Recorrente: ONDA CARIOCA MODA PRAIA LTDA EPP - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 76.050 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/010007/2019 - Recorrente: MAHA GLOBAL COMERCIO INTERNACIONAL IMPORT E EXPORT LTDA ME - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL- Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - Representante da Fazenda: Erick Ribeiro Maués Paixão. Patronos: João Luis de Souza Pereira, OAB/RJ nº 71.530 e Pedro Henrique de Oliveira Queiroz, OAB/RJ nº 137.466.

Recurso nº 76.937 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/001844/2020- Recorrente: MCD COMERCIO E REPRESENTACAO DE ARTIGOS PARA PRESENTE EIRELI - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 76.938 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/001845/2020- Recorrente: MCD COMERCIO E REPRESENTACAO DE ARTIGOS PARA PRESENTE EIRELI - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

NOTA EXPLICATIVA: Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação, conforme dispõe o § 3º do Artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23 de junho de 2017.

Id: 2321262

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria nº 039, de 04/05/2020, do dia 16 de junho 2021, às 12h30min.  
Processo nº SEI-20071-001/000010/2020.

Recurso nº 33.859 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-34/071.809/2005- Recorrente: VOLSKWAGEN DO BRASIL LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Luis Fernando Clemente Gonçalves - Representante da Fazenda: Fabricio do Rozario Valle Dantas Leite.

Recurso nº 76.550 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/211/019745/2019- Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL- Interessada: RIO RECIBRAS COMERCIO DE METAIS RECICLAVEIS EIRELI - Relator: Conselheiro Luis Fernando Clemente Gonçalves - Representante da Fazenda: Erick Ribeiro Maués Paixão.

Recurso nº 77.331 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/101/000252/2017- Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: LOPES E OLIVEIRA COMERCIAL DE BEBIDAS EIRELI - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris Rosa - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 77.434 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/211/016103/2020- Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: SOCINTER SUL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA - Relator: Conselheiro José Augusto Di Giorgio - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

NOTA EXPLICATIVA: Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação, conforme dispõe o § 3º do Artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23 de junho de 2017.

Id: 2321263

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

### SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#### ATO DO SECRETÁRIO

#### RESOLUÇÃO SEDEERI Nº 66 DE 07 DE JUNHO DE 2021

**DESIGNA, SEM AUMENTO DE DESPESA, OS INTEGRANTES DA SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CPPDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, no uso das atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEI-220012/000321/2021.

##### CONSIDERANDO:

- a regulamentação da Lei Estadual nº 8.445, de 03 de julho de 2019, que dispõe sobre a exigência de metas fiscais orçamentárias anuais de desempenho para a avaliação dos programas de incentivos fiscais condicionados e de incentivos financeiro-fiscais condicionados no âmbito do estado do Rio de Janeiro, estabelece regras para enquadramento e desenquadramento de incentivos fiscais condicionados e incentivos financeiro-fiscais condicionados, pelo Decreto Estadual nº 47.201, de 07 de agosto de 2020;

- as disposições constantes no artigo 7º, §§ 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 47.201, de 07 de agosto de 2020, que tratam da instituição e competências da Secretaria Executiva no âmbito da Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro - CPPDE;

- as disposições constantes no Regimento Interno da CPPDE, aprovado pelo Decreto Estadual nº 47.618, de 25 de maio de 2021.

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Ficam designados para integrar a Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro - CPPDE, sem aumento de despesa, na forma do artigo 15, VII, do Decreto Estadual nº 47.618, de 25 de maio de 2021, os servidores abaixo listados:

I - Lázaro Guilherme Pianti - ID nº 5098357-0; e  
II - Roberta Simões Maia - ID nº 2706525-1.

**Art. 2º** - Os membros da Secretaria Executiva desempenharão as atribuições constantes no Regimento Interno da Comissão Permanente

de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro - CPPDE, aprovado pelo Decreto Estadual nº 47.618, de 25 de maio de 2021.

**Art. 3º** - Os trabalhos prestados pelos integrantes da Secretaria Executiva não serão remunerados, sendo suas participações consideradas como serviço público relevante, sem aumento de despesa para o Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 4º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2021

**LEONARDO SOARES**  
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e  
Relações Internacionais

Id: 2321364

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE  
TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS  
E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO CONSELHO DIRETOR

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1181 DE 25 DE MAIO DE 2021

CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S. A. E CON-  
CESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO -  
VERIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRI-  
GAÇÕES CONTRATUAIS - CONTRATO DE CON-  
CESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPOR-  
TE METROVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA  
LINHA 4 - NEGATIVA DA REQUISIÇÃO DE DO-  
CUMENTOS E INFORMAÇÕES SOLICITADAS  
PELA COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE  
TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -  
RIOTRILHOS - SOLICITAÇÃO PARA DAR CUM-  
PRIMENTO À DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL  
DE CONTAS DO ESTADO - VIOLAÇÃO DO PRIN-  
CÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA E SEUS DEVERES  
ANEXOS DE CONDUTA DE PROTEÇÃO (OU  
CUIDADO) E DE COOPERAÇÃO (OU LEALDA-  
DE) - MULTA DE 0,01% DO FATURAMENTO DO  
EXERCÍCIO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVI-  
ÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições le-  
gais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regu-  
latório SEI nº E-12/004.053/2017 e pelos fundamentos do Voto profe-  
rido pela Relatora, pela unanimidade dos Conselheiros votantes,

DELIBERA POR:

**Art. 1º** - Aplicar à Concessionária Rio Barra S. A. a penalidade de multa de 0,01% (um centésimo) do faturamento do exercício de 2017, conforme balanço do exercício social, sendo este o primeiro ano da operação comercial da concessionária, com fundamento na alínea b, da Cláusula Vigésima, do Contrato de Concessão c/c o § 1º do mesmo dispositivo, em razão da violação do inciso XVI, da Cláusula Décima Primeira, assim como do princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do Có-  
digo Civil) e seus deveres anexos de conduta de proteção (ou cuidado) e de cooperação (ou lealdade), configurando inadimplemento das obrigações do contrato, em razão da não disponibilização de documentos relevantes à RIOTRILHOS, que foram requisitados pelo Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 2º** - Excluir do feito a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro SA, eis que, conforme se constata do que foi examinado, não há qual-  
quer obrigação ou responsabilidade da Operadora dos Serviços da Li-  
nha 4, no presente caso, na medida em que esta não participa do feito na qualidade de representante da Concessionária e que o processo não tem relação direta com a operação do serviço.

**Art. 3º** - Determinar à Secretaria Executiva que, após o trânsito em jul-  
gado, sejam adotadas as providências necessárias para efetivar a apli-  
cação da pena antes descrita, com posterior arquivamento dos autos.

**Art. 4º** - Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publica-  
ção.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021

**ALINE PAOLA C.B.C. DE ALMEIDA** Conselheira Relatora

**CARLOS CORREIA**  
Conselheiro

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1182  
DE 25 DE MAIO DE 2021

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPOR-  
TE FERROVIÁRIO S.A. - FATO RELEVANTE DA  
OPERAÇÃO - FALTA DE ENERGIA NAS LI-  
NHAS 1 E 2 NAS ESTAÇÕES DE INHAIBA ATÉ  
SANTA CRUZ, NO RAMAL DE SANTA CRUZ  
EM 27-09-2017- BO SV7212017.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVI-  
ÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições le-  
gais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regu-  
latório SEI nº E-12/004.404/2017, e com fundamento no Voto do Re-  
lator, por unanimidade dos Conselheiros presentes:

DELIBERA POR:

**Art. 1º** - Aplicar à Concessionária SUPERVIA a penalidade de multa pecuniária no valor correspondente à 0,01% (um centésimo por cento) do faturamento do exercício de 2016, constante do respectivo balanço daquele exercício social, uma vez que ficou caracterizada a responsa-  
bilidade pelo fato relevante da operação objeto do Boletim de Ocor-  
rência AGETRANS nº SV721/2017, por descumprimento das Cláusulas Quarta e Décima, incisos I,VIII, XI e XVI, e Décima Quinta do Oi-  
tavo Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

**Art. 2º** - Aplicar à Concessionária SUPERVIA a penalidade de adver-  
tência, por descumprimento dos Parágrafos Primeiro e Terceiro do Ar-  
tigo Primeiro da Resolução AGETRANS nº 09/2011, diante da não  
comunicação do evento pela Concessionária a esta Agência em 30  
(trinta) minutos e do envio de Carta fora do prazo de 48 (quarenta e  
oito) horas do ocorrido.

**Art. 3º** - Determinar à Câmara de Transportes e Rodovias - CATRA -  
que seja lavrado o correlato auto de infração na forma disciplinada pe-  
la Resolução AGETRANS nº 17, de 28 de janeiro de 2014, e rea-  
lizadas as anotações de cabimento.

**Art. 4º** - Determinar à Secretaria Executiva - SECEX - que se publique  
no D.O. e após o trânsito em julgado da presente decisão, archive-se.

**Art. 5º** - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publica-  
ção

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro Relator

**CARLOS CORREIA**  
Conselheiro

**ALINE PAOLA C. B. C. DE ALMEIDA**  
Conselheira

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1183 DE 25 DE MAIO DE  
2021

BARCAS S.A. TRANSPORTES MARÍTIMOS -  
PEDIDO DE REVISÃO - DELIBERAÇÃO AGE-  
TRANSP Nº 1008/2017 - TARIFA PROMOCIO-  
NAL - LINHA SELETIVA PRAÇA XV - CHARI-  
TAS: LINHA SELETIVA - COISA JULGADA  
ADMINISTRATIVA - INTELIGÊNCIA DO ART.  
64 DA LEI Nº 5.427/09: FATOS NOVOS OU  
DESCONHECIDOS À ÉPOCA DO JULGAMEN-  
TO - CONDIÇÕES NÃO DEMONSTRADAS PE-  
LA CONCESSIONÁRIA - PRECLUSÃO - MA-  
NUTENÇÃO DA DECISÃO

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVI-  
ÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições  
legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regu-  
latório SEI nº E-12/004.216/2018 e no Voto proferido, pela unani-  
midade dos Conselheiros votantes,  
DELIBERA POR:

**Art. 1º** - Não admitir o pedido de revisão apresentado pela Conces-  
sionária BARCAS S.A. TRANSPORTES MARÍTIMOS, por não ter  
apresentado fato novo ou desconhecido ao tempo da edição da De-  
liberação AGETRANS nº 1.008, de 27 de dezembro de 2017, con-  
soante exige o artigo 64, II da Lei Estadual nº 5.427/2009, mantendo-  
a pelos próprios fundamentos.

**Art. 2º** - Reconhecer a impossibilidade de revisão de ofício pela Ad-  
ministração diante da inexistência de fato novo ou desconhecido pela  
Concessionária ao tempo da edição da Deliberação AGETRANS nº  
1.008, de 27 de dezembro de 2017, nos termos do art. 64, inciso I,  
da Lei Estadual nº 5.427/2009.

**Art. 3º** - Determinar à Secretaria Executiva que, após o trânsito em  
julgado, providencie o arquivamento dos autos.

**Art. 4º** - Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publica-  
ção.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021

**ALINE PAOLA C.B.C. DE ALMEIDA** Conselheira Relatora

**CARLOS CORREIA**  
Conselheiro

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1184 DE 25 DE MAIO DE  
2021

ROTA 116 S.A - ALTERAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁ-  
RIO - TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES INTEGRANTES DO  
BLOCO DE CONTROLE: ALIENAÇÃO DE CONTROLE - IN-  
TELIGÊNCIA DO § 1º, DO ART. 254-A DO CÓDIGO CIVIL -  
ART. 27 DA LEI Nº 8.987, DE 1995: ANUÊNCIA PRÉVIA  
DO PODER PÚBLICO - ALÍNEAS I E p, DO PARÁGRAFO  
SEGUNDO, DA CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO CONTRA-  
TO DE CONCESSÃO (REDAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO  
ADITIVO) - IMPEDIMENTO DA CONCESSIONÁRIA EM  
PROCEDER TAL ALTERAÇÃO SEM QUE ANTES (I) SE-  
JAM AVALIADAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PELA  
AGÊNCIA REGULADORA E (II) SE OBTENHA A AUTORI-  
ZAÇÃO FORMAL DO PODER CONCEDENTE OU DE SEU  
REPRESENTANTE - COMPETÊNCIA DA AGETRANS P-  
RA APECIAR, PREVIAMENTE À DECISÃO DO PODER  
CONCEDENTE, AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO - IN-  
APLICABILIDADE DOS PRECEDENTES SUSCITADOS PELA  
CONCESSIONÁRIA: INEXISTÊNCIA DE DELIBERAÇÃO  
QUE TENHA AFASTADO A COMPETÊNCIA DA AGE-  
TRANSP PARA LIDAR COM O TEMA - DO ATO DE  
ANUÊNCIA DA FUNDAÇÃO DER-RJ: RECONHECIMENTO  
PELO ÓRGÃO EMISSOR - ATO DE VONTADE EM NOME  
DO ESTADO - OS EFEITOS DA VACÂNCIA DO CONSE-  
LHO DIRETOR: MANUTENÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS  
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS PELA CONCESSIONÁRIA -  
REGULARIDADE DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO -  
RESOLUÇÃO AGETRANS Nº 17, DE 28 DE JANEIRO DE  
2014: AUSENCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS  
QUANTO SOLICITADO - ARGUIÇÃO DE SIGILO: INIPONI-  
BILIDADE À AGÊNCIA REGULADORA - INFRAÇÕES CON-  
TRATUAIS GRAVES: COMPORTAMENTO REPROVÁVEL -  
OMISSÃO VOLUNTÁRIA - MULTA ADVERTÊNCIA - RECO-  
MENDAÇÕES À FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTR-  
DAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -  
DER-RJ - APRIMORAMENTO DO SISTEMA SANCIONATÓ-  
RIO

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVI-  
ÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições  
legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regu-  
latório nº SEI-E-12/004.138/2018, especialmente pelos fundamentos  
do Voto apresentado pela Relatora na Sessão Regulatória, e pela pro-  
posta apresentada pelo Conselheiro Murilo Leal, em seu voto-vista,  
pela unanimidade dos Conselheiros votantes,  
DELIBERA POR:

**Art. 1º** - Declarar expressamente a competência da AGETRANS para  
apreciar, previamente à decisão do Poder Concedente, as condi-  
ções de habilitação decorrentes de atos que impliquem em:

I - operações societárias que importem em modificação na composi-  
ção do controle acionário da Concessionária; e

II - alteração do estatuto, do contrato social ou celebração de qual-  
quer acordo de acionista, bem como suas alterações, com fundamen-  
to do que estabelece o Contrato de Concessão, nas alíneas I e p,  
Letra A, do Parágrafo Segundo, da Cláusula Décima Sétima, segundo  
a redação conferida pelo Primeiro Termo Aditivo.

**Art. 2º** - Considerar a regularidade da habitação da DTP - PARTICI-  
PAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., com fundamento na Nota Técnica  
nº 005/2019 (fls. 868 a 869), DESPACHO-CAPET nº 049/19 (fls. 910  
a 912), manifestação da Câmara de Transportes e Rodovias às fls.  
874 a 878, CI AGETRANS/CATRA Nº 137, manifestação jurídica da  
Procuradoria Geral da Agência às fls. 918 a 922 e fundamentos apre-  
sentados neste voto.

**Art. 3º** - Reconhecer a infração contratual e legal da Concessionária  
ROTA 116 S/A, por não ter alíneas I e p, do parágrafo segundo, letra  
A, da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Concessão ora em te-  
la; parágrafo terceiro, da art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995 e o art. 32  
da Lei Estadual nº 2.831/97, eis que procedeu a transferência do con-  
trole acionário sem que os documentos de habilitação fossem avalia-  
dos, Fundação DER-RJ, se poderia assim fazê-lo sem a "oitiva prévia"  
da Agência e por não ter alertado ao Poder Concedente quanto à não  
verificação das condições de habilitação, que é requisito do Contrato  
de Concessão e por não ter protocolado, tempestivamente, o pedido  
perante a Agência.

**Art. 4º** - Reconhecer a infração contratual e regulatória da Conces-  
sionária ROTA 116 S/A por não ter apresentado, quando solicitado, ou  
tampouco requerido prorrogação do prazo ou justificado, os documen-  
tos que se referiam à transferência do controle da sociedade, que é  
exatamente o objeto deste processo regulatório, assim como à com-  
provação da sua habilitação, em violação ao que determina o pará-  
grafo segundo da Cláusula e art. 5º, da Resolução AGETRANS nº  
17, de 2014.

**Art. 5º** - Aplicar à Concessionária ROTA 116 S/A, em consequência  
dos artigos 3º e 4º desta Deliberação, as penalidades de, respecti-

vamente, multa de advertência, para chamar a sua atenção quanto ao  
dever de prestar as informações/documentos solicitados pela Agência  
Reguladora e que estes não são oponíveis ao signo de sigilo.

**Art. 6º** - Recomendar à Fundação Departamento de Estradas de Ro-  
dagem do Estado do Rio de Janeiro - DER-RJ que:

I - na qualidade de representante do Estado, Poder Concedente, edite  
os futuros atos administrativos relativos à anuência de modificação so-  
cietária com maior aderência aos seus requisitos formais, de modo  
que a sua manifestação de vontade seja clara, compreensível, moti-  
vada e pública, não deixando margem à dúvida quanto à sua legi-  
timidade ou à produção dos efeitos desejados; e

II - considere, de acordo com a sua discricionariedade, a possibilidade  
de convalidação do ato de anuência da transferência do controle so-  
cietário da DTP - PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A, diante  
da regularidade da verificação das condições de habilitação nesta  
ocasião e uma vez desatendido o que estipulava o Contrato de Con-  
cessão, no que se refere a este ponto, de modo a conferir maior se-  
gurança jurídica ao ato administrativo em tela;

**Art. 7º** - Solicitar à Secretaria Executiva que dê ciência da Delibe-  
ração do Conselho Diretor, e respectivo Voto, ao Estado do Rio de  
Janeiro, pela Secretaria de Estado de Obras e Secretaria de Estado  
da Casa Civil, e à Fundação Departamento de Estradas de Rodagem  
do Estado do Rio de Janeiro - DER-RJ.

**Art. 8º** - Determinar à Procuradoria Geral da Agência que, no prazo  
de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação desta Delibe-  
ração, apresente, em Reunião Interna, minuta de resolução visando  
estabelecer os critérios objetivos para a aplicação de penalidades de  
natureza pecuniária às concessões de rodovias reguladas por esta  
AGETRANS, evitando-se, assim, quaisquer dúvidas ou incorreções  
práticas, de modo a conferir maior transparência e segurança jurídica  
às Concessionárias.

**Art. 9º** - Determinar à Secretaria Executiva que, após o trânsito em  
julgado, adote as providências necessárias para efetivar a aplicação  
das penas antes descritas, com posterior arquivamento dos autos.

**Art. 10** - Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publica-  
ção.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021

**ALINE PAOLA C.B.C. DE ALMEIDA** Conselheira Relatora

**CARLOS CORREIA**  
Conselheiro

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1185 DE 25 DE MAIO DE  
2021

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPOR-  
TE FERROVIÁRIO S.A. - RECURSO - FATO  
RELEVANTE DA OPERAÇÃO - ACIDENTE  
CONSISTENTE NA COLISÃO ENTRE COMPO-  
SIÇÕES FORMADAS PELOS TUES 4017- 4018  
E 5003-5004 - ESTAÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO  
- MANUTENÇÃO DA DELIBERAÇÃO AGE-  
TRANSP Nº 1.123, DE 19 DE DEZEMBRO DE  
2019

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVI-  
ÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições  
legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regu-  
latório SEI nº E-22/008.50/2019, e os fundamentos do Voto apre-  
sentado pela Relatora na Sessão Regulatória, pela unanimidade dos  
Conselheiros votantes,

DELIBERA POR:

**Art. 1º** - Conhecer do Recurso interposto pela Supervia - Concessio-  
nária de Transporte Ferroviário S.A, posto que presentes os requisitos  
de admissibilidade.

**Art. 2º** - No mérito, negar provimento ao pedido recursal, por não ter  
a Concessionária se desincumbido do ônus probatório quanto aos fa-  
tos alegados em sua defesa, em especial, por não ter demonstrado  
que o fato relevante decorreu de ato exclusivamente de terceiros, sem  
a sua contribuição ou de fato externo que tenha prejudicado a ca-  
pacidade de desempenhar satisfatoriamente as suas obrigações con-  
tratuais e legais, mantendo-se, integralmente, a Deliberação AGE-  
TRANSP nº 1.123/2019, que aplicou à Concessionária Supervia Con-  
cessionária de Transporte Ferroviário S.A. a penalidade de multa de  
0,25%, do faturamento do ano de 2018, pela não observância das di-  
rettrizes de segurança operacional, eficiência, qualidade e atualidade,  
dispostas no art. 6º, §§ 1º e 2º, art. 31, inciso VII da Lei nº  
8.987/1995 e Cláusulas Quarta; Décima, incisos I, VIII, XI, XIII, XXVI,  
Décima Quinta e Décima Sétima, §§ 2º e 7º do 8º Termo Aditivo ao  
Contrato de Concessão.

**Art. 3º** - Determinar à Secretaria Executiva a instauração de processo  
próprio, sendo encaminhado, com a brevidade que o caso requer, à  
reunião interna do CODIR, para avaliar a possibilidade de se constituir  
Grupo de Trabalho, para a avaliação e apresentação de estudo e pro-  
posta de procedimento que aprimore os processos regulatórios san-  
cionatórios desta Agência Reguladora;

**Art. 4º** - Determinar à Câmara de Transportes e Rodovias - CATRA  
que prossiga com as devidas providências determinadas pela Delibe-  
ração AGETRANS nº 1.123/2019, após o trânsito em julgado desta  
decisão, em especial com a lavratura do competente Auto de Infração,  
na forma disciplinada pela Resolução AGETRANS nº 17, de 28 de  
janeiro de 2014, sendo procedidas as anotações de cabimento.

**Art. 5º** - Esta Deliberação entrará em vigor na data da sua publica-  
ção.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021

**ALINE PAOLA C.B.C. DE ALMEIDA** Conselheira Relatora

**CARLOS CORREIA**  
Conselheiro

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

DELIBERAÇÃO AGETRANS/CD Nº 1186  
DE 25 DE MAIO DE 2021

METRÔ RIO - CONCESSÃO METROVIÁRIA  
DO RIO DE JANEIRO S.A - BEM REVERSÍVEL  
- APLICA A PENALIDADE DE MULTA, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVI-  
ÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS, no uso de suas atribuições  
legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regu-  
latório SEI nº E-22/008/69/2019 e pelos fundamentos contidos no  
Voto proferido pelo Relator e acolhendo sugestões do voto oral da  
Conselheira Aline Almeida, por unanimidade dos Conselheiros votan-  
tes,

DELIBERA por:

**Art. 1º** - Aplicar à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S/A - ME-  
TRÔ RIO, a penalidade de multa no valor de R\$ 82.057,43 (oitenta e  
dois mil cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos), corres-  
pondentes a 0,01% (um centésimo por cento) do faturamento do ex-  
ercício de 2018, de acordo com o previsto na Clausula Decima Nona,  
letra "b" do Contrato de Concessão, pelo descumprimento do artigo 31  
da Lei Federal nº 8.987/95, bem como os Incisos II e IV, do artigo 36  
da Lei Estadual nº 2831, de 13 de novembro de 1997; do Inciso XI  
da Cláusula Décima do Contrato de Concessão, na Cláusula Décima  
Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e do art. 4º  
da Resolução AGETRANS nº 35/2016.